

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA SUL-RIO-GRANDENSE

CONSELHO SUPERIOR

Reunião ordinária de 07 de agosto de 2020

Ata 03/2020

1 Aos sete dias de agosto de dois mil e vinte, através da plataforma de videoconferências
2 *ConferênciaWeb*, da Rede Nacional de Pesquisa (RNP), o Conselho Superior do IFSul realizou
3 reunião ordinária, presidida pelo reitor, professor Flávio Luis Barbosa Nunes. Participaram os
4 conselheiros e convidados Berenice Mattos da Silva, Nilo Moraes de Campos, Natali Farias
5 Cardoso, Claudia dos Santos Cláudio, Lucas Vanini, Giuliana Gonçalves do Carmo Oliveira,
6 Glaucia Carine dos Santos, Ana Cristina Rodrigues da Silva, Janete Otte, João Abadi Soares
7 Prietsch, Jussara Maria da Silva Pereira, Emmanuel Rodrigues da Silva, Cléberson Saller da
8 Cruz, Tomaz Fantin de Souza, Gislaine Gabrieli Saueressig, Charles Sidarta Machado
9 Domingos, Evandro Fernandes, Meirelis Corin de Oliveira, Thais Burlani Neves, Vivian
10 Anghinoni Cardoso Correa, John Anderson Lopes da Costa, Ygor Marcelino da Silva, Pablo
11 Machado Mendes, Denise Perez Lacerda, Vitor Edinei Gomes, Janaina Corneli, André Luis
12 Del Mestre Martins, Elisabete da Silva Kowalski, Rosani Zachow, Guilherme Scholze
13 Teixeira, Claudia Anahi Aguilar Larrosa, Roberta Gonçalves Crizel, João Gilberto Obelar
14 Soares, Raquel Sperb Xavier, Amanda Oliveira Geiger, Francisco Carlos Gonçalves Brongar,
15 Tiaraju Molina Andreazza, Daniel Gonçalves Emmanuelli, Giovani Tier, Luis Felipe Costa da
16 Cunha, Vitoria Dutra Jorge, Eloisa Maria Wiebusch, Gabriele Lais Mandler, Marcus Eduardo
17 Ribeiro, Rafael Theis Dittgen, Elton Rodrigues, Nei Jairo Fonseca dos Santos Jr. Christopher
18 Hauschild. Schott, Everton Das Silva Felix, Gabriel Rockenbach de Almeida, Álvaro Luiz
19 Carvalho Nebel, Carlos Jesus Anghinoni Correa, Celso Silva Gonçalves, Cláudia Redecker
20 Schwabe, Cristian Oliveira Conceição, Fernando Rodrigues Montes D'Oca, Giulia D'Avila
21 Vieira, Jéferson Fernando Wolff, Magda Santos dos Santos, Marco Antônio Vaz da Silva,
22 Alexandre Pitol Boeira, Tales Emílio Costa Amorim, Mack Leo Pedroso, Rocelito Lopes de
23 Andrade, Rodirgo Nascimento da Silva, Vinicius Martins, Adriane Maria Delgado Menezes.
24 O presidente saudou os presentes e os que acompanhavam a transmissão pelo *YouTube*,
25 lembrando-os em seguida que permaneceriam na sala de conferência da RNP apenas os
26 conselheiros titulares, os suplentes que estivessem substituindo os titulares e os convidados

27 Vinícius Martins (pró-reitor da PROESP) e Rodrigo Nascimento (pró-reitor da PROEN), que
28 falariam sobre o processo de construção do **documento das diretrizes para as atividades**
29 **pedagógicas não presenciais (APNP)**. Em seguida pediu para que houvesse decoro no chat
30 da transmissão no *YouTube*, ressaltando o caráter educativo da reunião para os que a
31 acompanhavam. Na sequência o presidente fez uma recapitulação do processo que levou à
32 construção do documento das diretrizes, começando pelo CONSUP do dia sete de julho,
33 quando o Conselho recebeu diversos pedidos de autorização para a realização das atividades
34 remotas. Isto posto, deliberou-se que, ao invés, de fazer uma análise caso a caso, a instituição
35 deveria realizar um estudo e um debate para a criação de diretrizes para as atividades
36 pedagógicas não presenciais. Foi definido que haveria um prazo de três semanas para que o
37 debate ocorresse nos câmpus. Após isso, a Câmara de Ensino juntamente com o Comitê Gestor
38 de Pesquisa ficariam responsáveis por sistematizar os produtos dos debates nos câmpus, de
39 forma bastante significativa, visto que cada Câmara é composta por um integrante de cada
40 câmpus. Inicialmente estavam previstos dois dias para a sistematização, no entanto o volume
41 de contribuições e discussões fez com que o prazo aumentasse para cinco dias. O documento
42 foi entregue no dia trinta e um de julho e logo foi publicizado para que a comunidade tivesse
43 contato com as sugestões que vieram da fase inicial. Nesse momento o Conselho foi
44 responsável por discutir e definir os melhores caminhos a serem tomados para os devidos
45 avanços. Todos tinham muitas contribuições a fazer e conselheiros que estiveram à frente do
46 processo durante a semana de reuniões exaustivas trouxeram muitas expectativas e ansiedades.
47 O tema é polêmico. Suscita opiniões antagônicas e as discussões estão ocorrendo em todas as
48 esferas, do municipal ao mundial, não sendo um debate exclusivo do IFSUL. Os pró-
49 reitores Rodrigo Nascimento da Silva e Vinicius Martins foram convidados para relatar como
50 se deu a construção do documento, pois coordenaram as Câmaras responsáveis pela
51 sintetização. O presidente lembrou que as inscrições para as falas deveriam ser feitas pelo *chat*
52 e as falas não deveriam ultrapassar o tempo de cinco minutos pedindo também para que os
53 conselheiros abrissem os vídeos durante a fala. Em seguida discorreu sobre o documento do
54 Ministério Público Federal, recebido no dia anterior, falando da importância da sua divulgação
55 para a comunidade visto o tema da reunião do dia, esclarecendo também o funcionamento do
56 processo junto ao MPF. Este órgão, sempre que recebe uma denúncia, encaminha à instituição
57 um pedido de esclarecimento e, a partir da resposta da instituição, o MPF pode arquivar ou dar
58 continuidade à denúncia. O presidente explicou que, ao longo de seus três anos de gestão,
59 recebeu dezenas de solicitações do MPF e após a resposta do instituto, poucas retornaram com
60 recomendações do Ministério. Disse ainda que se recorda de apenas duas, e ambas relativas a

61 concursos públicos. Esta denúncia foi recebida no final do mês de junho e respondida com
62 todos os cuidados e detalhes necessários. Foram quinze páginas de argumentação sobre os
63 porquês de não haver ofertas de atividades remotas, mas foi indicado que o CONSUP estava
64 avaliando as possibilidades. Na semana passada outra solicitação de informações foi recebida
65 do Ministério Público, esta ainda sem resposta, visto que o prazo se estende até segunda-feira
66 (dez de agosto) e a gestão está aguardando os encaminhamentos do Conselho para responder.
67 No dia anterior à reunião (quinta-feira, seis de agosto) foi recebida uma recomendação do MP
68 e uma nova solicitação de informação sobre uma denúncia advinda da cidade de Passo Fundo,
69 somando assim três pedidos de informação e uma recomendação. Contudo, a recomendação do
70 MP não tem força de lei, sendo opção do instituto acatar ou não. Neste caso o MP pode entrar
71 com uma ação civil-pública. Deste ponto em diante não se tem domínio do que pode acontecer.
72 O presidente concluiu reafirmando a importância de esclarecer essa questão e socializar o
73 documento. A conselheira Ana Cristina pediu a palavra, questionando em seguida o que a
74 Projur tinha a dizer sobre a recomendação do MPF. O presidente esclareceu que ainda não há
75 manifestação da Projur, pois não houve tempo hábil, esclarecendo que a resposta estaria de
76 acordo com o encaminhamento desta reunião e a Projur iria defender aquilo que fosse decidido
77 no Conselho, como sempre foi feito. Então o presidente sugeriu que, antes de passar a palavra
78 para os convidados, fosse aberto um espaço para manifestações a respeito do documento do
79 MPF. O conselheiro Nilo Campos considerou inoportuna a apresentação do documento às
80 vésperas da reunião do Conselho, pois isso pode influenciar na opinião de alguns conselheiros.
81 Em seguida, ratificou que o Ministério Público não tem poder para dar ordens à instituição, que
82 sua função é de vigiar o cumprimento da lei e, sendo assim, podem existir divergências entre a
83 gestão e o MPF e isso não implica que a gestão esteja agindo de forma incorreta ou que tenha
84 que acatar as recomendações do MP. Citou como exemplo a questão das seis horas: se a
85 instituição houvesse atendido de imediato a recomendação do ministério e retornado ao regime
86 de quarenta horas, não haveria hoje decisões do Superior Tribunal de Justiça que, na opinião
87 do conselheiro, sacramentam a questão. Neste caso a argumentação do Ministério Público não
88 estava correta, pois não estava ocorrendo nada ilegal, inconstitucional ou imoral. Esta
89 interferência do MPF pode ser resultado de pressão da sociedade que quer muito a volta às
90 aulas sem pensar na própria saúde e segurança sanitária. O Ministério Público equivoca-se em
91 algumas comparações e ao chamar o ensino particular para a discussão, a situação é muito
92 diferente, na concepção de Nilo. A instituição é muito maior do que a vontade de um procurador
93 e tem a prerrogativa de não acatar a recomendações. Se o MP quiser entrar com uma ação na
94 justiça, a discussão passa a ser com o Judiciário. O conselheiro continuou, citando uma

95 entrevista com um especialista da Universidade de São Paulo que afirmou que até outubro
96 haveria duzentos mil mortes, considerando que esta informação deveria ser levada em
97 consideração até o final da reunião e que, diante deste cenário, se faz necessário trabalhar muito
98 bem no documento das diretrizes. Concluiu dizendo que a recomendação do MP veio em um
99 momento ruim e que esta é mais uma influência do MP na administração da instituição, o que
100 considera inaceitável. O presidente esclareceu que, ao enviar o documento no dia anterior,
101 havia deixado claro que a instituição poderia acatar ou não e que isso seria decidido nesta
102 reunião. O conselheiro Nilo reafirmou que sua crítica era ao MP. A conselheira Gabriele
103 Mandler contou, em seguida, que estranhou o envio da recomendação aos conselheiros na
104 véspera do CONSUP. Disse ainda que enviou dois e-mails requisitando maior transparência
105 em relação às denúncias que chegam à instituição, pois considera importante ter acesso a essas
106 informações. Em seguida fez a leitura do e-mail enviado. O presidente argumentou que não via
107 necessidade de enviar aos conselheiros todas as denúncias, pois na maior parte das vezes o MP
108 aceitava a justificativa da instituição e o processo era arquivado, mas que é possível repassar
109 aos conselheiros as denúncias recebidas. O conselheiro Tomaz de Souza questionou quais as
110 consequências de não acatar as recomendações. Afirmou que vê diferença entre esta situação
111 e a da carga horária dos TAE, exemplo trazido pelo conselheiro Nilo Campos, ressaltando que
112 neste caso há um prazo explícito para o início das atividades remotas. O conselheiro também
113 considera importante o envio das recomendações aos demais conselheiros, pois entende que
114 isso altera a conjuntura da reunião. O presidente reiterou a alternativa de não acatar a
115 recomendação do MP, alertando que no âmbito da justiça não se tem domínio do que poderá
116 acontecer. Em seguida o conselheiro Nilo pediu para o presidente esclarecer se o prazo de cinco
117 dias era para a instituição responder. Esclarecido que sim, reafirmou o conselheiro que o caso
118 é semelhante ao da carga horária da TAE, em contraposição à fala do conselheiro Tomaz,
119 enfatizando ainda a importância de deixar claro que o prazo de cinco dias é para a resposta da
120 instituição, que pode ser positiva ou negativa. Se negativa o MP irá entrar com uma ação. O
121 presidente argumentou que a recomendação fala no início imediato das atividades. Logo, acatar
122 a recomendação implicaria o início imediato das atividades remotas. Mesmo em um cenário
123 em que se decida, nesta reunião, por iniciar as atividades remotas, não há condições de fazer
124 isso nesta terça-feira (onze de agosto). O conselheiro Tomaz disse que a recomendação fala do
125 retorno em cinco dias e o presidente esclareceu que a resposta tem de ocorrer em cinco dias e
126 a recomendação fala do retorno imediato, logo uma resposta positiva implica o retorno
127 imediato, algo inevitável no contexto atual, havendo ainda a possibilidade de responder que o
128 CONSUP está definindo ou já definiu, de acordo com o resultado da reunião. A conselheira

129 Janete Otte considerou que a resposta ao MPF já está dada e que se deve concentrar em
130 organizar alguma forma de proporcionar atividades, pois é impossível iniciar qualquer
131 atividade imediatamente. O MP sempre age dessa forma impositiva, diz, e parece querer tomar
132 o lugar dos reitores da UFPel e do IFSul. Disse ainda que o órgão está cumprindo seu papel de
133 receber denúncias e ir atrás, e nós estamos no nosso papel que é pensar na instituição e sobre o
134 que é possível fazer, respeitando a equidade, a preservação da vida, o compromisso com a
135 educação inclusiva, a permanência de discentes e o processo educacional emancipatório. Foi
136 importante dar conhecimento aos conselheiros sobre as denúncias, segundo Janete, mas isso
137 aconteceria cedo ou tarde. Acredita que o que devemos fazer agora é nos concentrarmos em
138 trabalhos voltados à defesa da vida e das atividades de ensino possíveis. Disse que não há como
139 acatar a recomendação da forma que está e o que podem responder é que estão trabalhando
140 para fazer isso de forma segura. O presidente pediu para os convidados Vinicius Martins e
141 Rodrigo Nascimento falarem sobre o trabalho de sistematização do documento. O pró-reitor
142 Rodrigo Nascimento iniciou explicando a composição da câmara de ensino. Em seguida
143 contou que ao longo desse período houve reuniões para construção de uma proposta de
144 atividades pedagógicas não presenciais (APNP), obedecendo estritamente o parecer do
145 Conselho Nacional de Educação. Neste grupo, de aproximadamente 37 pessoas, foi elaborado
146 um trabalho muito gratificante e de excelente qualidade, no qual eles conseguiram coletar,
147 através dos representantes, todos os anseios que a comunidade trouxe. Cada um ficou
148 responsável por montar grupos de trabalho na perspectiva de atender todos os segmentos, sem
149 deixar ninguém de fora, de modo a conseguir uma amostra representativa. O pró-reitor
150 ressaltou a responsabilidade dos representantes que trouxeram aos debates não a sua opinião,
151 mas as contribuições da comunidade, agradecendo por seu trabalho. Exaltou o caráter de união
152 do documento e disse ainda que a discussão do ensino remoto tem que ser adotada e que mesmo
153 não sendo o ideal, já que precisa de melhorias, a proposta iria servir de subsídio para o Conselho
154 que poderá avaliar e implementar ou não o ensino remoto. O pró-reitor Vinicius Martins
155 corroborou a fala do colega, ressaltando que em nenhum momento os representantes falharam
156 em trazer as contribuições de seus representados. Agradeceu a parceria do Comitê Gestor e da
157 Câmara de Ensino e explicou que utilizaram uma metodologia cujo objetivo era agilizar o
158 processo em razão ao volume de contribuições, limitando as falas em até dois minutos e
159 partindo para votação de pontos polêmicos quando os debates ultrapassassem uma hora. Essas
160 votações estão incluídas no documento para que os conselheiros avaliem. Há alguns artigos
161 não inseridos e questionamentos que foram colocados nos comentários para auxiliar os
162 conselheiros a entender o que havia sido trazido dos câmpus. O pró-reitor disse que a partir

163 dessa metodologia foi possível avançar de 10 a 15 artigos por dia, trabalhando manhã, tarde e
164 noite. Foi um trabalho árduo no intuito de trazer diretrizes gerais e abertas de modo que
165 atendam as especificidades e necessidades dos câmpus e cursos, viabilizando às APNP. O
166 presidente agradeceu o relato dos convidados e a todos que participaram da construção do
167 documento, desde os que sistematizaram até quem participou dos debates nos câmpus.
168 Ressaltou a participação do diretor de pesquisa e extensão do câmpus Pelotas, o professor
169 Alisson Ferreira, cujo nome não constou no documento, por conta de alguma falha, apesar de
170 sua participação na sistematização. O professor Flávio convidou então os pró-reitores a
171 permanecerem na reunião para possíveis esclarecimentos. A seguir, o presidente deu posse aos
172 conselheiros presentes do câmpus Pelotas e das Entidades Estudantis, e cumprimentou os
173 conselheiros que estavam participando pela primeira vez. Na sequência iniciaram-se as
174 discussões sobre o **documento das diretrizes para as APNP**. A conselheira Gislaine
175 Saueressig relatou que no câmpus Sapucaia ocorreram discussões muito boas, longas e
176 produtivas a respeito das diretrizes. Disse ainda que a partir dessas reuniões foi elaborado um
177 documento, o **manifesto dos TAE de Sapucaia**, que foi lido na sequência. Terminada a leitura,
178 o presidente solicitou que o documento fosse enviado na lista de e-mails e que fosse respeitado
179 o tempo de cinco minutos. O conselheiro Carlos Corrêa parabenizou a comunidade pela
180 participação na construção do documento e pelo empenho na defesa dos anseios da
181 comunidade. Parabenizou também os colegas da Câmara de Ensino e do Comitê Gestor pelo
182 trabalho realizado na discussão e elaboração do documento. Em seguida relatou que no câmpus
183 Pelotas foram realizadas muitas reuniões em todos os segmentos e que essas reuniões foram
184 fundamentais para que fosse tirado um posicionamento da comunidade. Afirmou que, apesar
185 de alguns colegas dizerem que há posicionamentos políticos no processo, a grande maioria
186 está preocupada com os encaminhamentos propostos nas diretrizes e suas implicações nos
187 câmpus. A comunidade discorda de alguns pontos colocados no documento, citando que
188 ficaram muito preocupados com o tempo disponibilizado para a construção dele e consideram
189 extremamente reduzido em vista da importância do tema. O conselheiro Carlos Correa
190 argumentou que por muito tempo foi negada a possibilidade de um ensino remoto também a
191 forma como foi elaborado por entender que deveria ter sido construído a partir das bases, e na
192 realidade foi recebida uma minuta que veio das câmaras e nela os câmpus tiveram de incorporar
193 suas demandas. No intuito de atender a todas foi criado um “documento Frankenstein”, e isso
194 gerou discussões tensas nos câmpus. O conselheiro relatou que aprendeu com o tempo que as
195 pessoas se sentem parte de algo quando sentem que ajudaram a construir, ou seja, quando a
196 construção se dá de baixo para cima, com todos sendo ouvidos. Citou como exemplo dessa

197 construção o PDI, que foi elaborado e passou pelos câmpus diversas vezes, sendo construído
198 em um período de tempo apropriado. O conselheiro apontou que, para além da forma e do
199 tempo, o documento possui inconsistências. Exemplificou que num momento apresenta a
200 preservação da vida como princípio norteador e em outro promove a possibilidade de ensino
201 presencial; que em alguns artigos defende a autonomia pedagógica dos colegiados e
202 coordenadorias de cursos e áreas e se percebe no documento que a autonomia dos segmentos,
203 dos níveis de ensino, não está sendo respeitada. Como solução sugeriu uma divisão por
204 capítulos para atender os diferentes níveis e modalidades. Os cursos de mestrado, por exemplo,
205 necessitam ofertar disciplinas para serem incorporados na Plataforma Sucupira, sob risco de
206 terem sua nota na avaliação da CAPES rebaixada e isso pode interferir na consolidação e oferta
207 dos cursos de doutorado recentemente aprovados. Há também a questão do PROEJA, que é
208 uma luta constante para incorporar estes colegas e através desse documento eles estão sendo
209 excluídos; das cotas, que nem foram discutidas nesse documento; da inclusão digital, que o
210 conselheiro considera insuficiente e que, pensando nisso, seria necessário fornecer computador
211 e chip para os estudantes, cobrando a necessidade da construção de uma política institucional
212 de inclusão digital. A instituição utiliza muito a oferta de atividades laboratoriais e, diante disto,
213 o conselheiro questionou como conciliar isso com o ensino remoto. Questionou também em
214 relação à compra de equipamentos; se a instituição irá emprestar; se as pessoas terão que ir ao
215 câmpus; se algum servidor irá levar. Em relação ao AVA apontou que o documento fere a
216 autonomia novamente pois há um entendimento de que ensino remoto não é educação a
217 distância, logo não se pode pensar em obrigar a utilização da plataforma. Considerou que nesse
218 momento é necessário empatia, não é plausível pensar em andar com os que querem e deixar
219 os outros para trás. Na sequência o conselheiro falou sobre o Ministério Público, enfatizando
220 que o promotor não é reitor nem diretor, que ele faz recomendações e o Conselho deve avaliar
221 e contra-argumentar, e que não se deve temê-lo. Há de se avaliar tudo o que está sendo posto.
222 O câmpus Pelotas é contrário ao documento em sua redação atual e favorável ao cancelamento
223 do calendário regular e construção de um calendário extraordinário que priorize o vínculo dos
224 estudantes na (trecho inaudível) do número de disciplinas e (trecho inaudível) focada na
225 inclusão; (trecho inaudível) abertura do câmpus, sem disponibilização de material impresso
226 para os estudantes pois isso gera risco. É contrário também ao aumento de 25% da carga
227 horária; favorável à apresentação de um plano de inclusão digital, à autonomia pedagógica em
228 todos os câmpus, à defesa da unidade institucional e ao respeito das especificidades das
229 condições de cada câmpus. Sua proposta, então, é de retomar o processo de construção
230 estendendo o tempo de debate, pensando em uma metodologia diferenciada, retirando as

231 inconsistências e priorizando a construção de um conjunto de diretrizes com todos os câmpus.
232 Não detalhou questões operacionais, como o uso de ferramentas. Se esta proposta não for
233 aceita, diz que poderão agir nos pontos mencionados e corrigir os artigos que colocam em risco
234 os princípios fundamentais definidos no artigo segundo. O conselheiro Nilo Campos
235 manifestou apoio à fala dos técnicos de Sapucaia e do conselheiro do câmpus Pelotas, que
236 contemplam muito do que pôde ouvir dos técnicos da reitoria. Ratificou a necessidade de
237 manter a calma e não ceder a pressões externas diante de um cenário possível de duzentas mil
238 mortes até outubro. “Já há colegas com COVID e até que tenhamos que dar (trecho inaudível)
239 adiante é uma situação temerária”, disse e continuou, concordando que o Ministério Público
240 faz o seu papel, mas não é diretor e nem reitor, apesar da insistência. Caso a situação evolua
241 para uma ação civil pública, o conselheiro questionou qual juiz estará disposto a ordenar
242 abertura do câmpus e assumir o risco, afirmando que a responsabilidade é sempre empurrada
243 para a instituição, mas a instituição não pode se responsabilizar por qualquer problema de
244 saúde que acometa servidores, professores e alunos. Ressaltou que, com todo respeito ao
245 trabalho realizado, a responsabilidade de assumir o risco da decisão está sendo empurrada
246 para eles (os conselheiros); que se o problema é deles, eles têm que resolvê-lo
247 independentemente do MP; que sente-se contemplados nas falas da Gislaine e do Carlos,
248 porque nelas vê real preocupação com vidas; que educação se recupera depois, vidas não.
249 Concluiu chamando atenção para a polêmica do artigo 17, o qual considera que empurra os
250 TAE e alunos para a linha de frente, os primeiros por serem os responsáveis pela abertura do
251 câmpus ou ir à casa dos alunos para levar material. Para ele é necessário continuar a discussão
252 (trecho inaudível) esse documento, que foi um trabalho respeitoso e esmerado, mas ainda
253 precisa de melhorias (cai a ligação). A conselheira Rozani Zachow relatou que os técnicos do
254 câmpus Sapiranga puderam analisar e avaliar o documento. Considerando que este é um
255 momento único na esfera mundial para o qual não há manual de procedimentos, expressou
256 preocupação com os reflexos das decisões de hoje, tanto nas expectativas da comunidade
257 quanto nos questionamentos que as comunidades pequenas recebem. Disse que estão sendo
258 pressionados a respeito do futuro vestibular e que estão tentando salvar o calendário corrente,
259 mas a comunidade não tem essa visão de quem está dentro da escola. Os técnicos do serviço
260 social manifestaram preocupação com a questão do acesso de grupo de familiares e salientou
261 que isso acontecerá excepcionalmente quando houver editais, pois há a busca por informações
262 e também a necessidade de acompanhamento no caso de menores de idade ou pessoas que
263 precisam de um acompanhante para ter clareza da informação. Apesar dos questionamentos, o
264 documento foi aprovado, pois entende-se que é necessário avançar e somar esforços e não

265 dividir o grupo. A conselheira Ana Cristina relatou que, na semana da reunião, ela e a
266 conselheira Janete realizaram uma reunião aberta online com seus colegas e dela participaram
267 mais de 100 pessoas. Disse que não adianta entrar na discussão de artigo por artigo sem
268 demonstrar o que foi feito antes. Houve uma reunião na qual a grande maioria dos colegas
269 posicionou-se contrário ao documento pois ele não traz diretrizes, traz regramentos que estão
270 impossibilitando que haja uma discussão sobre educação de verdade, sobre a inclusão dos
271 alunos e como fazer uma educação de qualidade nesse contexto. Endossou a fala do conselheiro
272 Carlos a respeito do calendário, reforçando que se deve pensar em um calendário extraordinário
273 e não em forçar os alunos a ingressarem numa modalidade de ensino que não terá inclusão. Os
274 cursos precisam ter autonomia para propor atividades que atendam suas características, pois
275 dentro do câmpus Pelotas coexistem todos os níveis de ensino, então é necessário pensar em
276 cada um. Muitos colegas apontaram que o documento não atende o integrado, a pós-graduação
277 e o EJA, então é preciso conversar mais sobre as possibilidades que esse documento propõe.
278 Ele deve conter princípios norteadores que garantam a autonomia docente. A conselheira Ana
279 Cristina disse ainda que são contrários à proposta de aumento da carga horária e ao acesso ao
280 câmpus. Essas diretrizes propõem um ensino híbrido, segundo ela, que não é o que desejam.
281 Disse que estão passando por um momento difícil da pandemia e qualquer ingresso ao câmpus
282 vai gerar problemas para servidores e alunos e que é preciso discutir o todo antes de partir
283 para as minúcias. Concluiu alertando que em nenhum momento as diretrizes tratam dos alunos
284 cotistas e/ou com necessidade. O conselheiro Pablo Mendes solicitou questão de ordem e
285 sugeriu início imediato da análise artigo por artigo, argumentando que caso contrário a reunião
286 chegaria em seu horário limite sem que nada tenha sido decidido. O presidente disse entender
287 que essas declarações de cunho geral podem ocorrer no início e solicitou que os próximos a
288 falar se atenham a manifestações de cunho geral a respeito do documento. Com a palavra, o
289 conselheiro Francisco Brongar relatou que no dia anterior houve uma assembleia do
290 SINASEFE e apontou que o documento traz algumas contradições, que fere o estatuto, o PDI,
291 a função social da instituição e a organização didática. Acredita que é necessário mais tempo
292 para apreciação do documento, pois da forma como está não é possível executar. O ensino
293 remoto requer que haja pessoas trabalhando nos câmpus e isso coloca em risco a vida dos
294 colegas, então não é o momento para ensino remoto. Expressou que já há colegas contaminados
295 mesmo sem o trabalho presencial e que jamais imaginou passar por um isso, e não podem
296 apressá-los assim. Sugeriu que a votação sobre o documento seja adiada para que se possa
297 estudá-lo. Continuou, dizendo que houve a primeira minuta enviada para os câmpus e que neste
298 momento a gestão já estava trabalhando, só não tinha para (trecho inaudível). Brongar enfatizou

este ponto, pois pelo tempo que levou para chegar aos câmpus, pensa que este documento não começou a ser construído a partir do último Conselho, logo a gestão já o estava construindo. Apontou também que não existem diretrizes para os técnicos e assim a vida dos colegas seria colocada em risco; que é necessário mais tempo para que este debate ocorra com calma e serenidade, pois se for feito com pressa e alguém vier a falecer, o Conselho será o responsável; que na reunião do câmpus Pelotas foi apontado que o documento até certo ponto traz diretrizes e depois transforma-se num regulamento; que a instituição não é uma federação de câmpus, então o que for aprovado tem que valer para todos; que não é possível que cada câmpus tenha um calendário. Concluiu pedindo mais tempo para o debate e afirmando que não nega o ensino remoto e que provavelmente o retorno seja remoto, mas que lhe parece que alguns estão negando a pandemia. A conselheira Gláucia, em seguida, leu a **carta dos discentes de Passo Fundo**. O conselheiro Lucas acrescentou à fala da Gláucia que a **carta dos discentes de Passo Fundo** foi criada nos cursos da área de informática e posteriormente endossada pelas demais áreas. Cita que tem um documento, mas que não o leria na íntegra por conta do tempo. Relatou que após muitas discussões os docentes do câmpus entenderam a necessidade de um posicionamento, que no documento consta a preocupação de todos em deixar claro que em primeiro lugar vem a vida das pessoas; que não é novidade para ninguém que esta situação inédita está causando transtornos para toda sociedade; que consta no documento uma enorme preocupação com os prejuízos já causados nas atividades pedagógicas e na formação dos estudantes; que há uma desmobilização dos estudantes e uma consequente evasão e desistência; que, segundo relatos de pais, os alunos estão ficando deprimidos pois o IF é a única instituição na cidade de Passo Fundo que não apresentou nenhuma sistemática; que os alunos estão sentindo-se abandonados pela instituição. Adicionou que o objetivo do documento é mobilizar a comunidade do câmpus para diminuir os prejuízos causados pela pandemia e que a carta passou nos três colegiados. Os professores de Passo Fundo propõem, em sua ampla maioria, uma tentativa de volta às atividades de ensino de forma remota. O conselheiro concluiu com a leitura de dois parágrafos do documento citado e pedindo que o Conselho aprove as atividades remotas, seguido da solicitação de envio dos documentos pelo presidente. O conselheiro Tomaz Souza manifestou apoio à leitura das cartas antes da votação de artigos pois entende que são angústias e manifestações que foram construídas pela comunidade e que podem influenciar nos votos e intervenções dos conselheiros. Em seguida retomou a questão do MP, argumentando que quando afirmou haver diferença entre a situação dos TAE e a atual, queria dizer que o apelo de não haver aulas desde março seria diferente do que se teve ao decidir se os TAE trabalhariam 30 ou 40 horas. O presidente esclareceu que todos os manifestos

333 podem ser enviados para a lista dos conselheiros. Deu voz à conselheira Janete Otte que
334 afirmou que, a partir das reuniões que teve com seus representados e dos pareceres que foram
335 elaborados, praticamente todos são contrários ao documento apresentado, não às atividades
336 remotas na sua concepção de termos atividades na instituição para atender as especificidades
337 que estão vindo de cada lugar, mas todas elas. Relatou que na reunião ampliada com TAEs e
338 docentes foram salientadas diversas questões a respeito da segurança das atividades remotas,
339 pois estas podem exigir que se vá até o câmpus para gravar apresentações, por exemplo. Na
340 sequência a conselheira comentou a fala da estudante de Passo Fundo, apontando que se foram
341 ouvidos 55% da comunidade, isso significa que 45% ficaram de fora; que lhe dói pensar que
342 quase metade da comunidade do câmpus não se pronunciou; que não fazer alguma coisa
343 esperando que aqueles que podem se comprometam a ajudar os que não podem, a instituição
344 precisa fazer algo maior. Em relação ao documento, apontou que ele está sendo apresentado
345 agora, enviado na sexta-feira, (trecho inaudível) as diferenças no documento que foi discutido
346 e recebeu contribuições da comunidade; que há de se parabenizar o grupo que trabalhou na
347 sistematização; que o CONSUP não deve esperar a análise do documento em um dia, que outras
348 pessoas demoraram seis dias pra construir; que os conselheiros deveriam preparar-se para
349 analisar com cautela cada um dos artigos; que o documento atual não se assemelha a diretrizes
350 e sim a um regulamento; que é necessário um documento de diretrizes avaliado pela consultoria
351 jurídica e pelo apoio pedagógico da Pró-reitoria de Ensino para que não fira a Organização
352 Didática; que até o artigo doze são vistas diretrizes, depois torna-se um regulamento; que há
353 artigos que ferem os primeiros artigos, que versam sobre os princípios. Concluiu afirmando
354 que, com o respaldo das 200 pessoas que participaram da reunião e de quase todas as
355 coordenadorias de seu câmpus, os docentes do câmpus Pelotas são contrários ao documento
356 nessa forma de regulamento e pediu que a votação seja adiada para que o documento seja
357 reelaborado e retorne como diretrizes. A conselheira Claudia Cláudio solicitou abertura de
358 votação sobre o adiamento da análise artigo por artigo e disse considerar importante o Conselho
359 falar a respeito da recomendação do MP. Afirmou que em seu entendimento as pessoas
360 recorrem à justiça após não conseguirem o que querem através do diálogo; que o documento
361 do MP não tem apenas pontos negativos e cita como positivo o fato de ser apenas uma
362 recomendação e afirmar que a maioria não pode ser prejudicada por conta de uma minoria,
363 fazendo alusão a uma portaria do ex-ministro da educação Weintraub. A conselheira
364 argumentou que essa portaria é uma normativa muito frágil, que não pode contrariar a
365 Constituição Federal e as garantias fundamentais dos direitos e deveres individuais e coletivos,
366 ou seja, que são todos iguais sem distinção de qualquer natureza. O documento é bem claro

367 quando diz que não podem ocorrer atividades presenciais e também pede garantias que o
368 instituto dê estrutura de suporte de apoio digital e tecnológico aos discentes, ou seja, ao passo
369 que pede o retorno imediato também coloca como critério que tenha tudo regulamentado. Pediu
370 para que fosse votada uma proposta que propicie uma condição de igualdade que permita
371 alcançar a todos. Concluiu falando sobre o regime de urgência do documento, pois gostariam
372 de uma construção com mais participação da comunidade acadêmica, em especial dos
373 estudantes e representantes estudantis. O conselheiro Rocelito Andrade iniciou sua fala
374 parabenizando o grupo de trabalho que elaborou a diretriz de ensino remoto temporária e
375 emergencial. Falou que no documento diz que foram setenta e nove colegas altamente
376 qualificados, que eles não levaram suas próprias posições e sim a de suas comunidades, pois
377 tiveram duas semanas para reuniões. No câmpus Novo Hamburgo foram realizadas duas
378 reuniões de cinco horas, onde foram discutidas cada vírgula, cada acento e cada palavra e, a
379 partir destas posições, esses setenta e nove colegas reuniram-se e discutiram por dezenas de
380 horas, retornando quando necessário. O documento foi construído de forma altamente
381 democrática, mas quem propõe uma saída para um problema desses está sujeito a críticas, é um
382 telhado de vidro. Continuou dizendo que alguns pontos polêmicos foram decididos por votação
383 e é normal e legítimo que aqueles que perderam as votações tentem reverter no CONSUP a
384 decisão, mas o documento representa a vontade da maioria dos câmpus. Este é o melhor
385 trabalho que poderia ter sido feito em conjunto, segundo Rocelito, e agora está posto para o
386 Conselho decidir quais itens ficam, quais entram e quais saem. Concluiu dizendo que não
387 considera a melhor situação retornar e refazer o documento. A conselheira Giuliana Oliveira
388 elogiou os colegas que trabalharam na elaboração do documento. Em seguida afirmou entender
389 a angústia dos alunos e que esta é uma angústia compartilhada; que ninguém está tranquilo com
390 a situação e que se quer incluir todos nesse processo; que talvez tivesse sido melhor garantir o
391 acesso para todos antes de construir esse documento; que este já nasceu com vícios, permitindo
392 algumas exclusões e que os servidores tenham acesso ao câmpus em um momento em que a
393 curva da pandemia está ascendente; que o Conselho Superior toma decisões que impactam a
394 vida de muitas pessoas, logo é necessário muita responsabilidade. Em seguida endossou a fala
395 da conselheira Gislaine de que é necessário haver uma regulamentação, mas ressaltou que antes
396 é preciso rever o documento, pois este não pode prever como aceitável que algumas pessoas
397 não terão acesso ou que outras correrão risco de vida; que a rede tem um Conselho Superior
398 para que sejam tomadas decisões pautadas no que será melhor para os alunos e na garantia do
399 ensino de qualidade; que não se pode comparar com a rede estadual ou da rede privada, pois o
400 Estado não se preocupa se haverá acesso, o governo apenas deu uma resposta pró-forma para

401 uma sociedade que exige resposta rápida, e a rede privada tem que dar uma resposta rápida
402 para não perder dinheiro e mesmo assim há estudantes deprimidos na rede privada. O
403 conselheiro Tiaraju Molina iniciou sua fala registrando que os docentes do câmpus Bagé
404 tiveram tempo suficiente para discutir as diretrizes e ponderar sobre a complexidade que
405 envolve o assunto; que são contrários ao adiamento da definição e defendem a retomada através
406 de ensino remoto para mitigar os prejuízos já causados aos estudantes; que estão insatisfeitos
407 com a morosidade da instituição durante a pandemia; que ficaram paralisados com a **Nota 3**
408 **da PROEN**, pois esta apresenta uma série de obstáculos para o ensino remoto e bloqueou
409 muitas iniciativas e discussões de vários modelos possíveis de APNP; que entendem a
410 necessidade de agir com responsabilidade, não se trata de promover uma ação negligente mas
411 para agir com responsabilidade é necessário agir; que a demora em agir, bem como as falas que
412 buscam protelar a decisão, deixam os câmpus menores vulneráveis perante a comunidade. Em
413 seguida apontou que caso as diretrizes sejam aprovadas, os docentes do câmpus Bagé gostariam
414 de ressaltar que é preciso haver um compromisso claro e público de que a reitoria comprometer-
415 se-á em agir com base no planejamento de aquisição de materiais e fornecerá o material desde
416 o primeiro dia de atividades remotas. Concluiu afirmando que o tempo está esgotado; que os
417 pais da comunidade estão impacientes e exigem uma ação da instituição; que a prorrogação
418 desta definição enfraquece e fragiliza o instituto tanto quanto possíveis erros que possam vir a
419 ser cometidos adotando o ensino remoto; que sabe que diante da pandemia o ideal não é realista
420 e que não agir enfraquece muito mais do que possíveis erros que possam ser cometidos com a
421 adoção do ensino remoto. O conselheiro Giovani Tier complementou a fala do conselheiro
422 Tiaraju, relatando que foram realizadas discussões online sobre o documento com TAE,
423 docentes e discentes do integrado e do superior, quando cerca de 30% dos pais e alunos
424 participaram. Nessas conversas a diretoria ouviu muito sobre a falta de ações e explicou que
425 existe o Conselho que vota as ações e que o câmpus não tem autonomia para voltar sozinho.
426 As falas mostraram que a comunidade não tem conhecimento do que vem sendo feito nos
427 últimos quatro meses, dos debates e dos grupos de trabalho, parece que nada foi feito nesse
428 período. Não se trata de resposta rápida, trata-se de um processo que está se alongando por
429 mais de quatro meses. O discente argumentou que já houve quatro meses para debater
430 amplamente e tomar uma ação, e esse tempo não deve ser desperdiçado, há de se ter respeito
431 com as comunidades acadêmica e externa que esperam um posicionamento e uma ação do
432 instituto. Em seguida pediu que o documento seja aprovado e que não se adie mais o processo,
433 argumentando que é necessário começar de algum lugar. Concluiu afirmando que o documento
434 é abrangente pois prevê que será dado o acesso a quem não o possui; que as desigualdades

435 estão sendo agravadas ao deixar os estudantes para trás. O conselheiro Nilo Campos iniciou
436 afirmando que não conhece a realidade do câmpus Passo Fundo; que por ter iniciado pelo
437 ensino superior os alunos talvez tenham condição de acessar o ensino remoto. Em seguida
438 relembrou das entregas de cestas básicas e questionou se estes estudantes que receberam terão
439 condições de absorver o ensino remoto. Alegou que algumas falas dão a entender que uma
440 parcela será deixada para trás e será atendida quando for possível, e que considera isso muito
441 preocupante; que num momento parece estar tudo bem para fazer ensino remoto e noutro
442 muitos estudantes estão recebendo cestas básicas de alimentação e higiene. Citou a fala do
443 conselheiro de Novo Hamburgo, arguindo que se surpreende por se falar em decisão
444 democrática da maioria quando o próprio falou em setenta e nove pessoas, sendo que a
445 instituição tem em torno de dois mil trabalhadores. Enfatizou que quando o documento foi
446 recebido teve pouco tempo para a discussão. Considerou que essa ansiedade pode conduzir a
447 uma solução pior ainda e a uma responsabilização, pois o pai que cobra uma ação hoje será o
448 primeiro a responsabilizar a instituição quando perder um filho por COVID. O conselheiro
449 manifestou não ser contrário ao ensino remoto desde que seja bem feito, planejado e não
450 excludente como são as propostas apresentadas. Como encaminhamento propôs que as
451 sugestões que surgiram no Conselho sejam encaminhadas para a comissão que criou o
452 documento incorporá-las e aperfeiçoar a proposta, para depois disso o Conselho voltar a avaliar
453 o documento. Enfatizou que da forma como está, o documento exclui e expõe em especial os
454 TAE pois são estes que terão de abrir o câmpus e levar os documentos e materiais. O
455 conselheiro Mack Le, agradeceu o empenho das comissões e representantes de câmpus, citando
456 o prof. Fábio Lemes e sua equipe por terem feito uma ampla discussão no câmpus e levado as
457 ponderações da comunidade para a Câmara de Ensino. Em seguida disse estar muito satisfeito
458 com a participação da comunidade, apesar de não atingir cem por cento de participação.
459 Endossou e elogiou a fala da conselheira Gislaine, manifestando total apoio, enquanto
460 conselheiro gestor, à criação de diretrizes para o trabalho dos técnicos, docentes e terceirizados,
461 pois irá protegê-los e garantir condições para que trabalhem em casa. Adicionou a necessidade
462 de pensar o que fazer caso seja necessário alguma atividade presencial. Agradeceu e endossou
463 a manifestação dos TAE de Sapucaia, no sentido de que se for decidido por um retorno remoto
464 isso não pode ocorrer sem diretrizes para os servidores. Agradeceu ao conselheiro Tomaz por
465 ter feito um amplo debate com os professores; à Janaína, representante discente, pelo trabalho
466 fantástico com inúmeras reuniões para que todos pudessem falar e aos conselheiros por terem
467 trazido os posicionamentos de cada segmento. Em seguida relatou que fez uma reunião com
468 os membros da gestão para pegar alguns detalhes que gostariam de acrescentar ao documento.

469 Afirmou que na votação das diretrizes estará como conselheiro representante da gestão e não
470 como diretor. Concluiu argumentando que em seu entendimento não há como democratizar, no
471 sentido de IFSul como um todo, mas que é possível fazê-lo em cada câmpus; que em Sapucaia
472 a comunidade teve autonomia para manifestar-se como quisesse e que agora era o momento de
473 ouvir o posicionamento dos conselheiros de cada câmpus para ter um posicionamento do IFSul.
474 O conselheiro Cristian lembrou que está sendo discutido o **documento das diretrizes para as**
475 **APNP** e que este documento surgiu neste Conselho, que queria inicialmente o período de dez
476 dias e depois se votou para estender para quatorze; que a discussão não estaria terminada nem
477 se tivesse começado no início da pandemia. Em seguida citou a fala do conselheiro Nilo sobre
478 o artigo 17, argumentando que no dia anterior estava entregando cestas básicas; que estão todos
479 no mesmo barco; que há de se ter cuidado com argumentos que colocam uns contra os outros;
480 que o artigo fala de servidores, não especificando se são TAE ou docente; que esta reunião tem
481 por objetivo avaliar o documento, podendo retirar esse ponto; que a câmara de ensino tem o
482 registro das reuniões com uma breve descrição de como foi feita cada discussão em cada
483 câmpus. O conselheiro tem certeza que a instituição tenta ser muito democrática e afirma que
484 é difícil comparar o documento com o PDI, pois este último é uníssono e a instituição é
485 obrigada por lei a ter um PDI. Na sequência o conselheiro reiterou que discorda do ensino
486 remoto, embora vá participar caso seja aprovado, e que é necessário ter critérios; que o
487 Conselho deveria estar discutindo o documento; que considera um retrocesso discutir se terá
488 ou não ensino remoto; que respeita o tamanho dos câmpus Pelotas e CaVG e entende que não
489 dá pra comparar um câmpus com oitenta servidores com outro que tem quatrocentos, mas que
490 o trabalho já está feito; que o Conselho pediu esse documento e não pode voltar atrás; que a
491 questão do servidor estar no câmpus é outra, relativa ao plano de contingência. Concluiu
492 pedindo cuidado e lembrando que o Conselho pediu o documento, determinou o prazo e definiu
493 que seria encaminhado à câmara de ensino, pontuando que a discussão não era sobre o instituto
494 ser favorável ou contrário ao ensino remoto, e sim sobre o documento ter critérios para o caso
495 de acontecer um retorno remoto; que é uma discussão enquanto servidores e não como grupos
496 separados de TAE e docente. A conselheira Thais Neves disse que os docentes de Sapiranga
497 gostariam de realizar atividades remotas; que, assim como os alunos, estão passando por uma
498 crise de ausência funcional e isso gera consequências psicológicas como sintomas depressivos
499 e de ansiedade. O grupo de professores de Sapiranga não se sentiu contemplado com as
500 diretrizes, apesar de reconhecer o esforço realizado, pois atualmente faltam garantias de
501 promoção, suporte e manutenção das atividades, tanto para os servidores quanto para os alunos.
502 A respeito da recomendação do MPF a docente argumentou que deve estar equivocada pois

503 recomenda retorno imediato das atividades na forma remota garantindo estrutura de suporte e
504 apoio digital e tecnológico aos discentes e é exatamente isso que não há. Concluiu sugerindo
505 não acatar a recomendação e acionar a Advocacia Geral da União pois o que se quer é um
506 ensino remoto e talvez o que o MPF devesse recomendar é um orçamento específico para isso.
507 O conselheiro Pitol iniciou a fala dizendo que o conselheiro Cristian resumiu seu sentimento;
508 que em Conselhos anteriores manifestou sua opinião e por conta disso vem recebendo ataques
509 de ordem pessoal; que tem ouvido algumas críticas ao MPF, mas que este diversas vezes
510 apontou irregularidades que foram corrigidas. Disse não saber se os apontamentos levantados
511 na reunião eram tão importantes ou não, até porque o documento de Erechim havia chegado no
512 dia anterior e ainda deveriam analisá-lo, mas não necessariamente seguir a recomendação e que
513 essa seria uma discussão a ser feita com respaldo do Conselho Superior. Continuou a citar
514 Cristian, dizendo que o conselheiro falou muito bem sobre estarem apenas discutindo as
515 diretrizes norteadoras e que acha lamentável quando isso é confundido com não estarem
516 respeitando vidas e que, no seu ponto de vista, essas falas estão ofendendo o ensino remoto;
517 que na hora que alguém o diz, está sendo incoerente; que espera que estejam discutindo em
518 favor da missão do instituto. Ressaltou que não resta a mínima dúvida de que todos discutem
519 seguindo essa missão, mas que suas concepções são diferentes; que todos ali pensam em
520 inclusão e que, para ele, o documento tem ideias interessantes em relação a isso, mas dizer que
521 não estão pensando em vidas invalida as suas ações na comunidade, exemplificando que foi
522 entregar cestas básicas para pessoas extremamente carentes que lhe perguntaram quando as
523 aulas iriam começar. Caso o Conselho defenda o não início de atividades remotas, o
524 conselheiro falou que pode ir na televisão para defender o seu ponto, sem problemas, mas
525 ofenderem uns aos outros acaba por causar uma tensão desnecessária. Pitol continuou dizendo
526 que é necessário olhar a realidade local de cada câmpus, que os calendários acadêmicos antes
527 eram feitos por câmpus e que sempre foi trabalhado dessa forma, então a discussão não
528 precisava ficar “pesada”, já que todos ali têm o mesmo objetivo. Salientou que entende os dois
529 lados e que defenderia qualquer uma das posições que o câmpus viesse a tomar; que não quer
530 pessoas no câmpus, mas não pode impedir os que quiserem ir, já que o câmpus tem servido
531 como “ponto de fuga” para muitos de seus colegas; que é difícil para todo mundo. Disse ainda
532 que é uma pressão enorme, principalmente para os pais que quase imploram pelo retorno
533 remoto, sem deixar de enfatizar que existem também pais que não querem a retomada, mas que
534 isso o documento prevê e quem não estiver de acordo com a retomada remota, não faça.
535 Lembrou a fala de um professor que trabalha com inclusão e que, no dia anterior, ressaltou que
536 deveriam ampliar as opções, já que o documento só deixa mais ou menos claro as opções para

537 a pessoa seguir com ensino remoto e é papel da gestão propiciar o acesso a todos. O conselheiro
538 concluiu dizendo que não concorda quando dizem que um TAE será obrigado a trabalhar no
539 câmpus; que não vai obrigar ninguém a ir em meio à pandemia e que hoje têm guardas e
540 funcionários da limpeza que precisam estar no câmpus, mas que pretende deixar o câmpus com
541 liberdade de ação, isto é, se um docente desejar ir para preparar uma aula, ele terá espaço
542 higienizado e individual, e que para muitos isso significaria a melhora de sua condição mental.
543 Por fim, disse acreditar que todos estão presentes em tal reunião para a discussão das diretrizes,
544 se são boas ou não, e deu significativa importância à fala da companheira Gislaine, quando ela
545 diz respeito a fazer uma diretriz para as atividades remotas. O presidente lembrou que a reunião
546 estava chegando ao teto proposto e, depois das falas que viriam na sequência, partiriam para o
547 almoço se não houvesse manifestações contrárias. Em seguida, o conselheiro Celso, de Santana
548 do Livramento, ressaltando que não era sindicalizado por vir de outro IF, mas estava atento às
549 falas da reunião, além das falas da reunião ocorrida no dia anterior; atento às *lives* do Frente
550 Ampla e atento ao movimento estudantil do qual é proveniente, mas quando se trata de
551 metodologia, se forem avaliadas as que foram aplicadas até agora, pode-se dizer que os
552 estudantes não foram ouvidos e ainda assim se propõem-se a executar, já que desta forma
553 podem avaliar propostas do CONSUP. Disse que não participou da última rodada de falas para
554 deixar que os conselheiros fizessem suas reuniões específicas, mas que tem as informações que
555 são precisas para ter um posicionamento; que defende a necessidade de um plano de
556 contingência e fatores de tomadas de decisões e que agora, com a criação das diretrizes, já
557 passaram do ponto de ter tal plano e tal fator. Falou da curva de contaminação e de mortalidade,
558 enfatizando que o problema da comunidade toda do IFSul é que ela está ansiosa e se pudesse,
559 chegaria hoje à comunidade e diria que tem um plano de metodologia, um plano aprovando o
560 ensino remoto, um plano de contingência e de fatores de tomadas de decisão. O conselheiro
561 Celso continuou dizendo que não colocam em prática o ensino remoto porque não há um fator
562 de decisão que o permita; que não há aulas hoje porque estão todos numa determinada situação
563 e que as aulas retornarão quando alcançarem outra situação; que essas coisas precisam estar
564 claras para que se diminua os anseios de todos. Citou o documento e a necessidade de discutir
565 coisas que ficaram dúvidas e coisas que ficaram parecendo uma imposição de uma classe sobre
566 a outra; que precisam deixar claro na escrita do documento que este será um trabalho conjunto;
567 que todos têm ponto de tomadas de decisões a partir do momento em que tiverem uma política
568 de acesso a equipamentos de TI, o que ainda não têm, pois não sabem da verba. Concluiu
569 dizendo que, às vezes, não se pode olhar as coisas de forma pontual, que para isso tem a criação
570 do PAT que deve ser esmiuçada nos câmpus e chegar ao CONSUP para ser aprovado; que esta

571 é uma cronologia de criações; que todos precisam criar e ser propositivos e que se errarem
572 como Conselho, devem retomar e assumir a responsabilidade. Em seguida, o conselheiro
573 Guilherme deu início à leitura de duas cartas, de alunos do ensino superior e do CaVG. A
574 ligação caiu no final da última carta. A conselheira Giulia Vieira corroborou com as falas dos
575 conselheiros Tiaraju e Giovane, assim como com as falas de Cristian, Pitol e Celso, já que essas
576 contemplaram um pouco do que vem sendo discutido no CODIR, mas destacou que sua fala se
577 refere ao posicionamento do câmpus Bagé; que estão todos ansiosos e preocupados com a
578 missão da instituição e com os rumos que serão adotados no ensino remoto. Destacou também
579 o compromisso de seus colegas com os estudantes e que mesmo sendo o câmpus de Bagé um
580 câmpus pequeno, tem muitos servidores que não têm uma caminhada muito grande. Giulia
581 salientou o trabalho e a dedicação dos seus colegas e disse que, para que a discussão fosse a
582 mais respeitosa possível e pudesse realmente encaminhar e trazer posicionamento dos quatorze
583 câmpus, votaram o tempo de discussão. Agora são necessárias as contribuições e, mesmo
584 discordando de muitas colocações, a discussão precisa ser respeitosa. A conselheira, em
585 seguida, falou do câmpus de Bagé, que vive a situação de um movimento que não aconteceu
586 de repente e sim a partir de reuniões e documentos; que os docentes estão se capacitando para
587 tudo o que lhes é proposto, debruçados sobre documentos, cansados e emocionalmente
588 abalados, mas também querendo atender a missão da instituição. Exemplificou o apontamento
589 na discussão dos docentes que destacaram a oferta de internet e equipamentos para todos os
590 estudantes, preocupados com o acesso de todos. Finalizou dizendo que todas as colocações da
591 reunião são bem vindas, mas fez questão de elucidar a posição do câmpus Bagé, assim como a
592 realidade deste, que muitos colegas não conhecem: uma realidade de trabalho incansável, de
593 muita dedicação, assim como, acredita ela, está sendo nas outras unidades. A conselheira
594 Cláudia Cláudio lembrou de estarem no mesmo barco, na mesma tempestade e, seguindo tal
595 raciocínio, disse que todos se encontram em meio ao estado de calamidade e que dentro dessa
596 tempestade existem pessoas que estão com navios equipados e lanchas, e pessoas que estão de
597 canoas, nadando, se afogando e quem se encontra nos navios equipados está olhando para quem
598 falando a respeito das cestas básicas, descrevendo sobre como no dia anterior uma das alunas
599 teve que ir buscar as cestas, e isto não era o ideal, visto que ninguém gosta de receber cestas
600 básicas, que a pessoa precisa estar numa situação de extrema vulnerabilidade e estar "naqueles
601 lados" não era legal, pois o tempo poderia ser aproveitado produzindo, fazendo outras coisas;
602 que apenas oferecer cesta básica não era suficiente, que era preciso pensar em políticas
603 públicas, como educação, e é por isso que faz parte do movimento estudantil. Emendou também
604 que os professores estão preocupados com educação pública de qualidade e gratuita e que o

605 IFSul não pode excluir pessoas. Em seguida falou sobre as contrariedades do plano e de seus
606 princípios norteadores que se contradizem ao longo do documento, que fizeram parte do
607 movimento estudantil e quando voltou para a câmara de ensino percebeu que as sugestões não
608 foram levadas em conta. Ressaltou que o princípio fundamental é a preservação física e mental
609 de toda a comunidade acadêmica e dos profissionais de serviço terceirizados; que o documento
610 não está em sincronia com o Título VI, artigo 17, que fala das condições excepcionais e fala
611 que os estudantes devem ir até o câmpus e realizar as atividades sem a presença do professor,
612 o que vai contra o princípio fundamental de igualdade de acesso, presente na Constituição.
613 Sobre a saúde, não é possível ter flexibilidade na abertura dos câmpus sem um plano de
614 contingência ativo. Sobre o aumento da carga horária em 25% (vinte e cinco por cento), a
615 conselheira disse que isso pode sobrecarregar alunos e professores e atentar contra a saúde
616 mental. Argumentou que, além de já estarem há cinco meses sem aula, estamos no meio de
617 uma pandemia e que este é um período de calamidade pública e ter de cumprir com o calendário
618 agora é colocar pressão sobre os alunos; não há como colocar um ano dentro de um período
619 curto de tempo. Além disso, existe a questão do treinamento, tanto para professores quanto
620 para estudantes, em cima do que for aprovado agora e com isso, questionou como ficará a
621 questão do ensino e se serão todos bons profissionais, enfatizando que não adianta se encherem
622 de conteúdo enquanto estivermos numa pandemia, e ninguém está parado por que quer. Voltou
623 a citar o artigo 17 que entra em conflito com o artigo que fala da garantia de internet e
624 dispositivos eletrônicos para todos os estudantes, e o IFSul precisa garantir tudo isso para a
625 retomada às aulas, como está presente também no documento do MP. Concluiu dizendo que,
626 antes de pensarem em abrir o IFSul para atividades remotas, é preciso garantir que todos
627 tenham acesso igual e que não vai adiantar se for por telefone (celular), que ela mesma mal
628 consegue participar das reuniões pelo telefone, que o equipamento a ser providenciado precisa
629 ser um tablet ou algo acima. Com a palavra, o conselheiro Álvaro Nebel anunciou que dividiria
630 o seu momento de fala para abordar duas posições. Iniciou com uma síntese sobre o documento
631 elaborado pela câmara de ensino, sobre o qual os representantes do Conselho fariam seus
632 relatos, embora tenham acontecido diversas reuniões, nas quais sugestões foram colhidas e
633 levadas para a câmara de ensino, numa tentativa de contribuir para a construção das diretrizes
634 das APNPs. Disse que, conforme o encaminhamento daquele próprio Conselho, o documento
635 não atende, ou não deixa totalmente esclarecida a abrangência e o alcance dessas APNPs,
636 embora houvesse uma boa melhora desde o primeiro documento. Ressaltou a não
637 concordância, em nenhuma hipótese, com a abertura do câmpus por motivos de segurança já
638 pautados na presente reunião, assim como não concordou com a recuperação do calendário

639 acadêmico porque entende que a retomada da atividade remota pedagógica aumentará as já
640 existentes desigualdades sociais, e que retomar sem considerar a pandemia e seus nefastos
641 efeitos contribuirá para o aumento aos danos à saúde de muitos. Na sequência, enfatizou que
642 entende que o documento se parece mais com um regulamento do que com uma diretriz para
643 atividades pedagógicas remotas. Sendo assim, tem alguns pontos controversos. As discussões
644 precisam ser retomadas, não sem antes haver uma definição por parte do Conselho Superior,
645 decidindo se o IFSul vai adotar ou não as APNPs da forma como estão sendo propostas, e se
646 abrirão mão do ensino de qualidade com integração de teoria e prática, inerentes aos cursos
647 teóricos e de graduação. Enfatizou também que é necessário ter empatia e alteridade; que não
648 há como existir atividade pedagógica nesses moldes; que a recuperação do calendário
649 acadêmico pode acentuar a exclusão; que tudo isso pode provocar maior instabilidade e
650 angústia em grande parte dos alunos e servidores, então questionou se seria viável ceder à
651 pressão e negar toda a história desta instituição. Citou, para situar os que desconhecem o perfil
652 dos estudantes, os editais do início do ano letivo para a inclusão de alunos nos auxílios de
653 assistência estudantil, ressaltando que há anos precisam selecionar os mais vulneráveis dentre
654 os vulneráveis para atender o mínimo daqueles que se inscreveram; que todos os anos a câmara
655 de assistência estudantil faz “milagre” para repartir os onze milhões em recursos e ainda assim
656 não atende grande parcela dos inscritos, entre doze e dezoito mil alunos. Questionou de onde
657 vem a pressão por atividades remotas. Se dos que têm acesso ou ambiente para estudar em casa,
658 ou daqueles que sequer participaram das discussões por falta de informação. Não considerar
659 essa realidade é, para ele, muito cruel. Finalizou cumprimentando o reitor e demais
660 conselheiros e dizendo que, deixando a paixão de lado e retornando ao documento, se houver
661 garantia de realizar os APNPs sem obrigação de recuperação de calendário e sem a abertura de
662 câmpus, que seja resguardada a autonomia do câmpus, de seus colegiados e coordenação de
663 curso, inclusive no sentido de estabelecer seus próprios critérios de oferta de atividade, de
664 manutenção e vínculo, de projeto de ensino, de disciplinas optativas, de TCCs, enfim, de acordo
665 com a definição desses órgãos colegiados, ouvindo cada qual a sua comunidade, acredita que
666 assim possa ser possível avançar nessa discussão. Ressaltou o respeito à opinião de todos os
667 colegas diretores, que sabem bem sua posição acerca de atividades pedagógicas não
668 presenciais. Após esta fala, os conselheiros fizeram uma pausa para o almoço. Retomada a
669 reunião, a palavra foi dada ao conselheiro Emanuel, que elucidou a fala da conselheira Cláudia
670 por contemplar a sua posição e decidiu que, ao invés de ler a carta do grêmio estudantil sobre
671 o documento apresentado, somente contribuiria com uma fala. Assim, falou sobre solidariedade
672 e empatia neste momento de pandemia; que percebe uma indignação naquele Conselho que é

673 superior, visto que não se trata somente do Conselho de um câmpus e, mesmo que um câmpus
674 consiga alguma coisa específica, precisam pensar no IFSul como um todo, ou seja, na
675 instituição e na qualidade de ensino. Ressaltou o pensamento de empatia e solidariedade; o
676 pensamento da visão do IFSul como um todo; e principalmente a visão do aluno. Com isso,
677 afirmou que a representação estudantil continuaria com a cabeça erguida para lutar pelo direito
678 dos alunos, pela justiça, pela igualdade e pelo ensino de qualidade. Antes de finalizar, disse
679 que não se pode pensar num ensino de maior carga horária já que isso aumentaria o estresse
680 psicológico do aluno durante a pandemia, quando não se sabe a realidade deste, concluindo
681 logo em seguida a posição contrária do grêmio estudantil ao ensino remoto da forma como foi
682 apresentado no documento, pois o ideal seria um plano criado a partir da base, que não exclua
683 nenhum aluno. A conselheira Janaína Corneli disse que, em virtude do tempo, enviará as três
684 cartas que leria na reunião para os companheiros apreciá-las e prosseguiu com uma reflexão:
685 disse que todo excesso e toda falta fazem mal. Comentou, a partir disso, sobre a carta de uma
686 turma específica do PROEJA, que traz uma realidade diversa a de outras turmas, sobre um
687 manifesto do grêmio estudantil que traz várias questões que inviabilizam o ensino remoto,
688 sobre vários relatos de cursos técnicos integrados e também sobre uma carta dos estudantes de
689 engenharia do câmpus Sapucaia, de engenharia elétrica e de engenharia química do câmpus
690 Pelotas, e de alguns representantes de alunos. Para ela, o que chamou atenção foram os pontos
691 convergentes nas cartas: a preocupação dos discentes em relação ao retorno ou não retorno; a
692 preservação da igualdade, ou seja, não deixar ninguém sem atendimento ou assistência, seja do
693 câmpus ou do IFSul como um todo. Disse que tem observado posicionamentos extremos e
694 pergunta-se até que ponto tais questionamentos extremistas vão lhes trazer menos angústias e
695 maior clareza diante de tudo o que se tem vivido. Ressaltou que uma convergência de
696 pensamentos é necessária porque o pensamento discente é unânime em relação à preocupação
697 de todos, e é necessário que todos os discentes recebam a atenção que merecem neste momento
698 instável. Falou das concordâncias e discordâncias das diretrizes e que elas sempre irão
699 acontecer, mas pediu alguma atenção relacionada aos posicionamentos extremos novamente,
700 que se permanecerem pode impedir de chegar a algum consenso ou deliberação. O presidente,
701 antes de fazer os encaminhamentos, lembrou os quatro meses de muitas ações e atividades,
702 pensando em caminhos e possibilidades, ressaltando que não foram quatro meses em que se
703 estiveram parados; que ao longo dos três primeiros meses o contexto e o horizonte era outro
704 em termos de possibilidades de retorno às atividades presenciais e que hoje isso se modificou.
705 Disse que, como gestão, sempre se colocou e se coloca à disposição da comunidade acadêmica,
706 através de *lives* mensais, em que recebe diversos questionamentos, sugestões e opiniões, e

707 também na estrutura da reitoria. Os próprios câmpus com suas gestões, segundo o presidente,
708 também fazem este contato mais direto. Evidenciou que, quando o tema de retomada ou não
709 das atividades remotas se fez intenso, se deu maior atenção para essa questão, o que os leva ao
710 dia sete de julho, quando no CONSUP apareceram diversas propostas de cursos de câmpus que
711 queriam ofertar atividades remotas e, a partir daí, desencadeou-se todo um processo que os
712 levou à reunião de hoje. Afirmou que há o canal aberto da gestão para ouvir as pessoas e com
713 isso se pode atender àquelas questões que são importantes e que se afloram em todos os
714 câmpus; que por este motivo que se dá a presente discussão e reflexão sobre as atividades
715 remotas. Tais discussões começaram há mais de um mês e desde então, muitos câmpus,
716 professores, TAEs e alunos vêm conversando acerca da temática e o que houve foi uma forma
717 de oficializar tal discussão através do Conselho, ressaltado pela importância que tem no sentido
718 de ser um espaço para debates. Com tudo isso o presidente destacou a importância de sempre
719 seguir a vontade deste Conselho e, quando houver opiniões divergentes, democraticamente se
720 façam votações e, a partir delas, as definições necessárias. Falou de outro aspecto importante:
721 a autonomia dos câmpus. Autonomia esta que vem desde 2008 com a criação dos institutos, é
722 ela quem dá um equilíbrio de forças institucionais, como por exemplo a autonomia que os
723 câmpus têm para definirem seus calendários, porque lidam com realidades, situações e
724 momentos diferentes. Mas existe uma linha que todos os câmpus devem respeitar, como é o
725 caso das linhas propostas pelas diretrizes, igual para todos. Evidentemente, segundo o
726 presidente, o plano de implantação respeita as diretrizes e serão diferentes para cada câmpus,
727 como foi até hoje no calendário e nos projetos políticos-pedagógicos. Disse ainda que tudo o
728 que está sendo trabalhado e apresentado não visa prejudicar ou deixar alguma pessoa de fora
729 do processo; que é necessário haver criticidade a tudo o que se apresenta no documento e o
730 espaço em que se encontram é o lugar para críticas, sugestões e aperfeiçoamentos, para que o
731 documento tenha condições de ser exequível e dar a condição de acesso necessária para todos
732 os estudantes. Finalizou reafirmando que não pode haver nenhum plano e nenhuma proposta
733 de atividade remota em que a instituição não dê as devidas condições para os alunos que não
734 as têm e que, se precisam se adequar e o documento não deixou isso claro, precisam ajustá-lo
735 e tocar adiante. Seguindo para os encaminhamentos, foram colocadas duas propostas: a
736 primeira pedindo mais tempo para que o documento possa ser apreciado pelas comunidades
737 acadêmicas; a segunda é que se deve começar a discussão acerca do documento e optar neste
738 momento. O conselheiro Francisco Brongar reafirmou os manifestos contrários ao documento
739 que vêm desde o início da reunião; disse ser necessário mais tempo para que haja o assolamento
740 da discussão para que possam começar um documento do zero, já que não vê salvação para o

741 documento como está. Tendo sua argumentação enfatizada pelo presidente, logo a palavra foi
742 passada para o conselheiro Mack Leo, que lembrou a votação de maior prazo ocorrida no
743 último CONSUP e que, apesar de entender que o documento precisa ser mais discutido, é a
744 partir da leitura e do posicionamento dos conselheiros e de seus segmentos que se deve
745 trabalhar em suas melhorias. O documento só poderá ser melhorado a partir do momento de
746 leitura e trabalho sobre ele. Se afligiu ao pensar em ter de retornar ao câmpus depois de tantas
747 reuniões, discussões e apresentações, e dizer às pessoas que precisam de mais tempo. Finalizou
748 esclarecendo que aquela era questão de ordem, visto que na última reunião pediram e votaram
749 para ter mais tempo, o que lhes foi dado, e ressaltou que o documento precisa sim ser alterado,
750 mas havia entendido que tal Conselho serviria para levantar cada representação, contribuir e
751 melhorar o documento, e foi com base nisso que aconteceram as reuniões em Sapucaia. O
752 conselheiro Tomaz Souza sugeriu a votação do documento como um todo e, caso haja a
753 reprovação, se inicie o documento do zero; caso haja a aprovação, seja revisto artigo por artigo
754 para o melhoramento do texto. Novamente com a palavra, o presidente destacou que, na última
755 reunião de Conselho, foi deliberado estabelecer uma semana após a divulgação do documento
756 sistematizado, mas que é necessário levar em consideração que o documento é complexo e que
757 acabou por se consolidar num documento muito mais amplo e com muito mais conteúdo do
758 que a ideia inicial. Destacou ainda que a própria comissão da câmara de ensino e de pesquisa
759 também precisou de mais tempo, então não vê problema em colocar a ideia para apreciação,
760 ou seja, começar a apreciar o documento hoje ou dar um tempo maior para isso, porque entende
761 que isso é viável de ser feito. Com relação à consideração do conselheiro Brongar, o presidente
762 disse que se pode colocar em votação o aceite ou não do documento. O conselheiro Carlos
763 Correa ressaltou que na última reunião do CONSUP não houve unanimidade em relação ao
764 tempo para a discussão do documento, porque ficaram divididos em sua avaliação e já naquele
765 momento se suscitava dúvidas em relação ao prazo, mas que no retorno do documento houve
766 acréscimos de itens. Entende que, pela fala dos colegas, a maioria não é contra a questão de se
767 discutir o ensino remoto, mas é necessário uma avaliação mais detalhada e mais técnica do
768 documento e por isso, em sua concepção, é importante que se faça a votação já que esta, além
769 de dar oportunidade maior para avaliar o documento, com mais calma, também pode atender
770 os anseios de todos. Solicitando questão de ordem, Pablo diz que o Conselho decidiu deliberar
771 sobre o documento que retornaria, o documento consolidado, protocolado na secretaria do
772 Conselho. Apontou o horário, quatorze horas e trinta e cinco minutos, quando até então não
773 havia deliberação de nenhum artigo e finalizou lembrando os colegas que, sem querer
774 desrespeitá-los, precisavam iniciar naquele dia, ou se não o Conselho estaria sendo

775 desrespeitoso. Em seguida, sugeriu uma primeira votação para decidir *sim ou não* ao ensino
776 remoto, lembrando que algumas bases, alguns estudantes e algumas falas dizem claramente
777 *não* ao ensino remoto e que isso pode ser votado antes do encerramento do debate do
778 documento, artigo por artigo. O presidente disse que se deve colocar primeiro a apreciação das
779 diretrizes, já que era necessário saber quais as propostas para as atividades remotas. Somente
780 assim poderiam votar pelo sim ou pelo não. Continuou dizendo que, caso a votação os levasse
781 a não retomada do ensino remoto, a diretriz perderia sua validade; caso a votação os
782 encaminhasse para o sim, tudo estaria sendo definido às cegas. O conselheiro Celso
783 Gonçalves, concordando com a fala do presidente, disse que é preciso votar nas diretrizes
784 porque esta foi uma demanda do Conselho. Caso a avaliação não sirva, não quer dizer que não
785 serve na íntegra; que em seu câmpus, a discussão é que o documento serve, mas precisa ser
786 discutido em muitos pontos. A partir disso pontuou a questão do prazo, que talvez não
787 pudessem terminar a avaliação naquele dia, mas poderiam começá-la e que talvez fossem
788 necessárias mais duas reuniões para discutir os destaques. Caso voltassem do zero, o CONSUP
789 precisaria propor uma alternativa e, caso seja aprovado, é necessário voltar a discutir o que não
790 contempla o que foi imaginado. Terminou sua fala dizendo que não há prazo para isso, assim
791 como não há prazo para a implementação, e isso precisa ficar bem claro. O conselheiro João
792 Gilberto ressaltou as reuniões incansáveis que tiveram no câmpus, que avaliaram os
793 documentos e que as câmaras que propuseram as diretrizes tiveram trabalho para isso; que,
794 apesar de haver coisas a serem melhoradas, não se pode negar o documento inteiro; que as
795 discordâncias que não foram retiradas do documento antes, podem ser retiradas hoje; que é
796 preciso valorizar o trabalho dos conselheiros e das câmaras, não jogando tudo fora e, enfim,
797 que isso no CONSUP significa avaliar item por item e apontar o que está bom e o que precisa
798 ser melhorado. A conselheira Magda Santos apontou que já estavam no segundo turno do
799 Conselho. A conselheira disse ser preciso considerar o trabalho árduo e competente feito pelas
800 câmaras e as discussões nos câmpus. Reforçou que os prazos já foram decididos pelo Conselho,
801 então é necessário cumpri-los e executar as pautas que foram propostas, ou seja, a apreciação
802 do documento e a adesão ou não do ensino remoto. Ao final da fala da conselheira, deu-se
803 início à votação. A **Rejeição do documento** não foi aceita, tendo recebido um voto a favor. A
804 **Prorrogação da apreciação das diretrizes**, foi reprovada, com dezenove votos a favor e duas
805 abstenções. Logo, o presidente esclareceu qual seria o método de realização da apreciação. A
806 conselheira Cláudia Claudio disse que ficou muito preocupada com a fala do conselheiro Pitol
807 a respeito de haver muitas pessoas no câmpus de Passo Fundo e gostaria que o conselheiro
808 confirmasse que estão sendo seguidas as normas aprovadas no CONSUP para que não gere

nenhum mal entendido. Em seguida, propôs que a reunião fosse levada ao teto das dezessete horas, já que não haveria como terminá-la naquele dia e que poderiam retornar na segunda-feira (dia dez de agosto). Em esclarecimento, Pitol disse que há servidores que estão frequentando o câmpus, apesar das recomendações, por vontade própria ou por estarem envolvidos em projetos relacionados a soluções para a pandemia. Reiterou que não há obrigatoriedade de ir ao câmpus; que recomenda aos servidores que não frequentem, mas que não pode proibi-los de entrar. O presidente sugeriu que a votação, em respeito ao teto da reunião, solicitado pela conselheira Cláudia, seja realizada mais próximo do horário. Em seguida o conselheiro Carlos Correa ressaltou que no documento constam os nomes dos coordenadores de cursos de ensino superior, porém não constam os nomes dos coordenadores de cursos técnicos e sugeriu que, assim, não haja nome nenhum. Esclarecendo ao conselheiro, o presidente salientou que o documento final deixará de apresentar todos esses nomes, pois será um documento da instituição. Apreciando o **Artigo 1:** o conselheiro André Martins solicitou a adição de dois parágrafos, pois do ponto de vista de seus colegas há muitos pontos no documento que são juridicamente temerários. Citou que o artigo 12, por exemplo, fala “[...] de forma a garantir que todos tenham acesso para aplicação das APNPs.”. Sugere a adição de dois parágrafos ao artigo para condicionar a execução à disponibilidade de recursos tecnológicos e financeiros. Parágrafo Primeiro: as APNPs só serão executadas se estiverem garantidos os recursos para execução das ações previstas nesse documento, estando facultada a execução destas somente às turmas e/ou disciplinas com recursos plenamente atendidos. Parágrafo segundo: as garantias apresentadas no presente documento que envolvem investimentos de capital ou custeio serão contempladas de acordo com a disponibilidade de recursos da instituição. O conselheiro Pablo Mendes solicitou que se trate da questão de um calendário alternativo no primeiro artigo, e não o retorno do calendário normal. Referindo-se ao primeiro parágrafo, a conselheira Gabriele Mandler manifestou preocupação com a proposta de Charqueadas e questionou se o parágrafo sugerido se aplicará a todas as turmas; se o câmpus terá autonomia para escolher quais turmas terão e quais não terão as APNPs. Argumentou também que a aprovação da proposta poderá implicar que algumas turmas terão aulas, outras não. O conselheiro Pablo Mendes sugeriu que, ao final do primeiro artigo, seja adicionado “[...] através de um calendário extraordinário.”, com objetivo de desvincular as APNPs do retorno das atividades; Gabriele, na sequência, sugeriu que no mesmo parágrafo seja removida a palavra “turmas”. O conselheiro Everton Felix sugeriu que quando houver proposta de redação no chat, seja feita a discussão daquela proposta em razão das limitações da ferramenta. A respeito do calendário, ele questionou a proposta do conselheiro Pablo, argumentando que já

843 está contemplado no artigo 35, que versa sobre o calendário alternativo. A conselheira Janete
844 Otte sugeriu que o documento e as sugestões sejam projetadas em tela. Em seguida, a
845 conselheira Cláudia Claudio sugeriu que fosse aberto um calendário extraordinário que só
846 iniciasse no ano de 2021. O presidente esclareceu que a sugestão será levada à votação quando
847 este tema for discutido. O Pró-reitor de Ensino esclareceu, em seguida, que o documento leva
848 a duas propostas de calendário, um para a recuperação de dias letivos, um calendário de
849 retomada, além de um calendário extraordinário que tem por objetivo fazer a acolhida dos
850 estudantes, oferecer projetos integradores e/ou outras atividades. O conselheiro Carlos Correa
851 manifestou incômodo com a condução da discussão, argumentando que toda discussão feita
852 nas câmaras está sendo desconstruída e isso reforça a ideia de que o documento deveria ter
853 retornado para as bases; que parece que alguns não leram o documento; que seria fundamental
854 a presença de colegas que têm propriedade para falar e construíram o documento. Citou os
855 chefes de ensino como exemplo e disse que, a ele, parece um desrespeito com o trabalho feito
856 anteriormente; que se desmontou o artigo 1º e se está querendo incluir questões que estão
857 contempladas em artigos posteriores. Reconhecendo o trabalho realizado na construção do
858 documento, a conselheira Thais Neves salientou que o documento tem incoerências e citou o
859 Título 3 do artigo 4º, que versa sobre a garantia de acesso a dispositivos de tecnologia da
860 informação. Citou ainda diversos artigos que trazem diretrizes para os casos sem acesso
861 garantido; argumentou que a preocupa a sugestão do conselheiro André e questionou se o IFSul
862 tem recursos para cumprir essa proposta. O presidente averiguou como importante a colocação
863 da conselheira, porém se trata de outro artigo; reiterou que não acontecerão APNPs enquanto
864 não houver garantia de acesso para todos; que atualmente não há orçamento para isso, mas o
865 CONIF está trabalhando junto ao MEC para conseguir recursos; que já há um projeto em
866 processo de licitação para fornecer 900 mil acessos para a rede federal; que se este projeto não
867 der certo, terá de ser encontrado outro caminho. O conselheiro Tomaz Souza sugeriu que cada
868 conselheiro elabore suas proposições e envie em bloco para que na segunda-feira (dez de
869 agosto) o Conselho possa votar podendo observar todas as propostas paralelamente. O Pró-
870 reitor de Ensino, Rodrigo Nascimento, endossou a proposta, argumentando que há dificuldade
871 em articular as propostas com outros artigos, sugerindo que sejam colocadas todas as propostas
872 ao longo do texto. A conselheira Gabriele Mandler ressaltou que, mesmo com a sistematização
873 proposta, as alterações poderiam ser feitas, ainda que menores; que isso é comum no Conselho.
874 Sugeriu que o prazo para envio das propostas seja até o domingo (nove de agosto) e que a
875 próxima reunião ocorra na terça-feira (onze de agosto) para que haja tempo para ler e avaliar
876 as contribuições. Teve sua proposta endossada pelos conselheiros Álvaro Nebel e Carlos

877 Correa. A conselheira Cláudia Claudio solicitou que a próxima reunião ocorresse na quarta-
878 feira (doze de agosto), a pedido dos estudantes. O conselheiro Nilo Campos alertou para a
879 necessidade de ouvir o Pró-reitor de Pesquisa, responsável por receber e compilar as
880 contribuições. Em seguida a conselheira Gislaine Saueressig perguntou como proceder com
881 sua contribuição, pois há uma proposta de supressão de artigo, mas caso este não seja aprovado,
882 há uma proposta de alteração da redação. O presidente esclareceu que, neste caso, o
883 procedimento é sugerir primeiro a supressão e depois as modificações de redação. A
884 conselheira Janete Otte ressaltou que o Conselho é formado por 71 pessoas que ouviram suas
885 bases e trouxeram um grande número de propostas. Perguntou então como serão dispostas as
886 propostas no documento; se propostas diferentes serão diferenciadas por cor ou serão
887 identificadas nominalmente. Em resposta, o presidente esclareceu que é necessário incluir todas
888 as propostas; que quanto mais amplo melhor; que é importante identificar o autor para que este
889 possa defender sua proposta. Contrário à proposta, o conselheiro Everton Felix argumentou
890 que já se poderia ter avançado no documento; que tem receio de receber um documento
891 extenso, com muitas opiniões parecidas e outras muito divergentes e que o Conselho irá ler um
892 documento sem discussão prévia; que o debate, com isso, seria baseado em um pré-conceito a
893 partir do que está escrito e não do que está sendo apresentado. O presidente argumentou que
894 esta proposta trata de seguir como já está sendo feito; citou que o conselheiro Pablo Mendes
895 não tinha redação pronta para sua proposta e redigiu na hora; que a proposta de adiamento daria
896 tempo para que outras propostas na mesma situação pudessem ser redigidas. O pró-reitor
897 Vinícius Martins sugeriu que o documento fosse colocado no *Google Docs*, pois através da
898 plataforma cada conselheiro poderia incluir suas propostas, enquanto a discussão ocorre
899 paralelamente. O conselheiro Tomaz Souza relatou a metodologia utilizada nos grupos de
900 trabalho em seu câmpus. Nela, as propostas eram categorizadas em supressão de artigo, adição
901 de artigo, correção ortográfica, etc. Argumentou que isto permite, por exemplo, que sejam
902 evitadas sugestões duplicadas. A conselheira Ana Cristina sugeriu que o foco dos trabalhos vá
903 até o artigo 12, já que somente encontra diretrizes até o referido artigo e, dele em diante, o
904 documento lhe parece apresenta regulamento. Manifestando apoio à proposta de adiar a
905 discussão, o conselheiro Celso Gonçalves sugeriu que as contribuições sejam organizadas por
906 câmpus para evitar um grande número de propostas semelhantes. Retomando a sugestão do
907 pró-reitor Vinícius Martins, a conselheira Gabriele Mandler manifestou contrariedade à
908 proposta de utilizar o *Google Docs*, argumentando que, além de não ser uma plataforma
909 institucional, a margem para erros por falta de perícia em um grupo de 80 pessoas é muito
910 grande. Sugeriu que seja centralizado o recebimento das propostas e que seja realizada a

911 organização por câmpus, conforme sugestão do conselheiro Celso Gonçalves. O presidente
912 endossou a proposta de centralização das contribuições, sugerindo que o prazo para envio seja
913 até segunda-feira (dez de agosto) ao meio-dia, com divulgação do material na terça-feira (onze
914 de agosto) e retomada da reunião na quarta-feira (doze de agosto). A conselheira Ana Cristina
915 Silva manifestou ter sido contemplada. O conselheiro Nilo Campos considerou que seria mais
916 fácil enviar as sugestões para o e-mail dos pró-reitores, e assim eles poderiam trabalhar como
917 considerassem mais prático. No entanto, o presidente considerou preferível centralizar o
918 trabalho para permitir uma padronização, referenciando-se à sugestão do conselheiro Tomaz
919 Souza. Endossando a fala da conselheira Ana Cristina Silva, o conselheiro Carlos Correa
920 ressaltou que o trabalho deve ser concentrado nas diretrizes do documento. O presidente
921 esclareceu que foi realizada uma votação onde foi decidido que o documento inteiro seria
922 apreciado e disse, em relação à proposta do conselheiro Celso Gonçalves, considerar que a
923 sistematização por câmpus deva ser opcional em razão das possíveis discordâncias. O
924 conselheiro Vitor Gomes sugeriu que a retomada da reunião ocorra na quinta-feira (treze de
925 agosto). Então, o presidente esclareceu que seriam colocadas em votação as propostas de **seguir**
926 **analisando o documento artigo por artigo**, do conselheiro Everton Felix, em contraposição
927 à **suspensão da reunião e sistematização das contribuições**, do conselheiro Tomaz Souza.
928 A conselheira Gabriele Mandler alertou que alguns estudantes não têm e-mail institucional e
929 teve seu argumento esclarecido pelo presidente: não seria necessário para o envio das
930 contribuições, pois já estão no grupo do CONSUP. Levantando nova sugestão, o conselheiro
931 Lucas Vanini propôs o envio das contribuições até segunda-feira (dez de agosto) e nova reunião
932 na terça-feira (onze de agosto). O conselheiro Guilherme Scholze perguntou se seriam
933 analisados artigo por artigo ao retomar a reunião. O conselheiro afirmou que lhe parece que
934 uma minoria que perdeu a votação está fazendo uma oposição política e se esquecendo das
935 diretrizes. Pediu respeito aos servidores e alunos que debateram para construção das diretrizes.
936 Contrapondo-se à fala, o conselheiro Nilo Campos argumentou que não vê nenhuma falta de
937 respeito com quem trabalhou nas diretrizes; que deixou claro desde o início seu respeito pelo
938 trabalho realizado, mas que este trabalho precisa de ajustes; que ele e outros conselheiros têm
939 sugestões que são importantes e endossou a proposta do conselheiro Tomaz Souza,
940 argumentando que não foi possível avançar além do artigo 1º nesta reunião e que espera que a
941 sistematização feita pelos pró-reitores possa facilitar a discussão. A conselheira Gabriele
942 Mandler considerou grave a afirmação do conselheiro Guilherme Scholze que não sabe se foi
943 intencional ou não. Argumentou que seu encaminhamento solicitando um dia a mais foi no
944 intuito de dar tempo aos conselheiros, para que estes não precisem ler na hora; que a

945 discordância em relação a alguns pontos não implica estar contrário à câmara de ensino ou dos
946 participaram das reuniões em seus câmpus; que mesmo presencialmente discordam quando
947 discutem documentos como PDI e o relatório de gestão. Finalizou dizendo que este é o trabalho
948 de conselheiro e que não concordar com o documento não é se contrapor à câmara de ensino.
949 Como esclarecimento, o conselheiro Guilherme Scholze disse que todos do Conselho devem
950 ter respeito ao que foi encaminhado até agora e que não se trata apenas da câmara de ensino,
951 mas que há uma politização dentro da instituição e isso não deve ser ignorado. A conselheira
952 Cláudia Claudio afirmou ser contemplada pela fala da conselheira Gabriele Mandler e ressaltou
953 que respeito é para todos, e não apenas para um lado. Teve sua fala seguida pelo argumento da
954 conselheira Denise Lacerda, que afirmou que ninguém está faltando o respeito com ninguém e
955 que o documento discutido é muito sério, e a pandemia não tem previsão de acabar. Enfatizou
956 ainda o caráter político da discussão, ressaltando que o Conselho sabe da importância do
957 documento para toda comunidade e alguns discentes estão achando que os docentes não querem
958 trabalhar, o que não é verdade, pois todos seguiram trabalhando. O conselheiro Tomaz Souza
959 esclareceu que votou na proposta de continuar o debate e depois propôs o adiamento; que isto
960 se diferencia pois o documento não retornará para às bases, será um movimento interno ao
961 Conselho. Logo referiu-se às falas anteriores, argumentando que o ser humano faz política o
962 tempo todo, mesmo aqueles que afirmam o contrário. O presidente esclareceu que a votação
963 seria particionada. Num primeiro momento seriam votadas as propostas de **seguir analisando**
964 **o documento artigo por artigo**, do conselheiro Everton Felix, em contraposição à proposta de
965 **suspensão da reunião e sistematização das contribuições**, do conselheiro Tomaz Souza.
966 Aprovou-se em votação a **suspensão da reunião e sistematização das contribuições**, com 49
967 votos a favor, 4 contrários e 3 abstenções. Em seguida seriam decididas as datas para envio das
968 sugestões. As propostas foram: definir o prazo para entrega das sugestões até **terça-feira (onze**
969 **de agosto) às 19 horas**, e **segunda-feira (dez de agosto) às 12 horas**. O conselheiro Giovani
970 Tier, de Bagé, solicitou questão de ordem e pediu respeito aos prazos pois há muitos discentes
971 que trabalham e têm pouco tempo. Aprovou-se, na sequência, o prazo para o envio das
972 sugestões até **terça-feira às 19 horas**, com 30 votos a favor e 2 abstenções, tendo a outra opção
973 obtido 22 votos. A votação seguinte deliberaria sobre o dia de retorno da reunião, a primeira
974 opção foi **retornar na quarta-feira (doze de agosto)** e a segunda opção foi **retornar na**
975 **quinta-feira (treze de agosto)**. A conselheira Gabriele Mandler questionou se a proposta de
976 retornar na quarta-feira ainda era viável, tendo em vista que o prazo para entrega é a terça-feira.
977 O presidente questionou se havia defesa para manter a proposta de **retornar quarta-feira**
978 **(doze de agosto)** e, não havendo manifestações, a opção foi descartada, ficando definido que

979 o retorno ocorreria na **quinta-feira (treze de agosto) às 09:00**. O presidente retomou a
980 proposta do conselheiro Tomaz Souza, de **classificar as sugestões** nas seguintes categorias: 1
981 - ortografia e melhora da escrita, 2 - substituição de texto, 3 - supressão de texto, 4 - adição de
982 texto, 5 - supressão de artigo ou parágrafo, 6 - adição de artigo ou parágrafo e 7 - dúvida. O
983 conselheiro Everton Felix questionou se seria encaminhado um documento para que os
984 conselheiros preenchessem e devolvessem, ou se deveriam ser enviadas as sugestões já
985 utilizando esta proposta. Obteve como resposta do presidente a sugestão de colocar sua dúvida
986 em regime de votação; logo defendeu a centralização do recebimento das propostas.
987 Esclarecendo a sua dúvida, o conselheiro Everton Felix ressaltou que o que deseja saber é se
988 será enviado um arquivo para que sejam feitas sugestões dentro do arquivo, ou se os
989 conselheiros devem criar um arquivo, escrever os apontamentos e enviar aos pró-reitores. O
990 presidente considerou que os conselheiros devem fazer a partir do que eles já tem pronto,
991 enviando as anotações classificadas de acordo com a proposta do Tomaz Souza, caso seja
992 aprovada. Argumentou em seguida que isso seria melhor do que cada conselheiro enviar um
993 arquivo separado. A conselheira Gabriele Mandler sugeriu a criação de um arquivo PDF para
994 que os conselheiros preencham, com a identificação do autor, o número do artigo, a
995 classificação e a sugestão. O presidente solicitou a manifestação dos pró-reitores a respeito a
996 ideia da conselheira de criar um formulário e o pró-reitor de ensino, Rodrigo Nascimento,
997 considerou que os documentos podem ser enviados por e-mail com as alterações ou através de
998 um link no *Google Drive* o que, para o presidente, seria mais difícil para a sistematização.
999 Sugeriu um documento pontual, apontando apenas as alterações feitas; em relação ao *Google*
1000 *Drive* considerou que há possibilidade de perda da padronização, mas que o tema pode ser
1001 colocado em votação, pois é interessante a proposta de criação de um formulário. A conselheira
1002 Gabriele Mandler retirou sua proposta. O conselheiro Cléberson Cruz propôs que cada
1003 conselheiro escrevesse no documento com a sugestão abaixo do artigo, em vermelho. O
1004 presidente sugeriu, com base nisso, que cada um escrevesse em um arquivo no Word com
1005 nome, artigo, classificação da sugestão e sugestão. Não havendo outras propostas, ficou
1006 encaminhado desta forma. O conselheiro Tomaz Souza perguntou se o e-mail deve ser enviado
1007 para o Rodrigo ou para o Vinicius, e teve como resposta do presidente que poderia ser enviado
1008 para os dois e também para o e-mail da Reitoria; que os procedimentos serão esclarecidos após
1009 a reunião e que os conselheiros que quiserem podem reunir-se por câmpus para envio das
1010 sugestões. O conselheiro João Gilberto perguntou se o envio deve ser feito no formato Word
1011 ou se PDF também é aceito. O presidente esclareceu que é preferível utilizar formatos editáveis,
1012 pois PDF pode haver problemas de compatibilidade; que quem já tiver suas sugestões prontas

1013 pode enviar assim que possível para não sobrecarregar os pró-reitores. O presidente deu por
1014 concluída a reunião, avaliando que, apesar de demorada, houve bastantes avanços já que muitas
1015 vozes foram ouvidas e isso faz parte do processo. Disse que na segunda metade da reunião foi
1016 possível sistematizar uma forma que irá facilitar a apreciação do documento. Antes do
1017 fechamento da reunião, a conselheira Ana Cristina Silva perguntou acerca da resposta à
1018 recomendação do MP e pediu que tal resposta fosse publicizada. O presidente informou que
1019 seria respondido que a instituição não irá acatar a recomendação, argumentando que o IFSul
1020 está no meio do processo de definição das diretrizes; que a partir daí depende de o promotor
1021 entrar com uma ação ou aguardar. O conselheiro Mack Leo contou que ao longo de tantos anos
1022 à frente da gestão do câmpus sempre viu o IFSul crescer com tantas situações e discussões.
1023 Parabenizou os conselheiros, a equipe da PROEN e da PROPESP e os servidores por, apesar
1024 de estarem tão desgastados, tentarem fazer o melhor; ressaltou a importância de cada um fazer
1025 a sua parte pelo bem comum, em especial o presidente, pois mesmo diante do contexto atual,
1026 de reduções orçamentárias inesperadas, de cobranças do Ministério Público, mantém-se sereno
1027 e mostra que se deve ouvir a todos e todas. Manifestou emoção e orgulho por ter o Prof. Flavio
1028 nesta posição. O presidente agradeceu a fala do conselheiro, dizendo ainda que muitas vezes
1029 não pode contentar a todos, mas a intenção sempre será atender a todos os pedidos, solicitações
1030 e encaminhamentos da melhor forma possível; ressaltou a serenidade e tranquilidade da
1031 reunião, argumentando que isso agrega e faz com que se queira o melhor para a instituição, a
1032 comunidade e os estudantes. Nada mais havendo a tratar, encerrou agradecendo a participação
1033 e a boa vontade, desejando um feliz dia dos pais a todos e eu, Victor Braz Iturriet digitei a
1034 presente ata, que após lida e apreciada será aprovada pelos participantes.